

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: DESVENDANDO A CAIXA PRETA SOBRE A EJA DE NÍVEL MÉDIO NA FAETEC E NA SEEDUC

Autora: Taynara Bastos Teodoro; Co-autora: Jaqueline Pereira Ventura

Universidade Federal Fluminense – taybastos@gmail.com/jaqventura@uol.com.br

Resumo

Este trabalho tem por objetivo investigar a política de Educação de Jovens e Adultos de nível médio no estado do Rio de Janeiro, desenvolvida pelas duas principais instituições atuantes na esfera estadual: a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) e a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC). Para tanto, analisa as principais políticas públicas sob as quais se materializa a oferta da EJA de nível médio nessas duas instituições, quais sejam, o Programa Nova Educação de Jovens e Adultos (NEJA), por parte da Seeduc, e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), por parte da Faetec. Trata-se de uma pesquisa documental, referenciada no materialismo histórico-dialético. Nesse sentido, aponta as propostas contidas nos programas voltados à EJA de nível médio nesses espaços, as concepções de EJA incutidas nesses projetos e os desdobramentos políticos e educacionais de tais programas. Destaca, em sua conclusão, que duas instituições públicas estaduais de educação atuam no mesmo estado, porém, não se relacionam entre si; cada uma desempenha suas funções de maneira distinta e distante uma da outra.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Faetec, Seeduc.

Introdução

Este trabalho é resultante de uma pesquisa mais ampla sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) de nível médio no estado do Rio de Janeiro¹. O conteúdo central é a reflexão sobre a EJA desenvolvida pelas duas principais instituições atuantes na esfera estadual: a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) e a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC).

O interesse pelo tema surgiu a partir da atuação da autora como bolsista de Iniciação Científica no projeto de pesquisa coordenado pela coautora (VENTURA, 2017), o qual tem por objetivo mapear, compreender e analisar quais são e de quais maneiras ocorrem as ofertas da Educação de Jovens e Adultos de nível médio no estado do Rio de Janeiro.

¹ Este artigo traz parte da monografia de mesmo título, desenvolvida pela autora na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, no ano de 2017 (TEODORO, 2017). Esta fora realizada como parte da pesquisa da coautora – intitulada *A Educação de Jovens e Adultos de nível médio no estado do Rio de Janeiro: oferta e características* (VENTURA, 2017) –, integrada ao Grupo de Pesquisa/CNPq Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores (EJATRAB) da Universidade Federal Fluminense.

A fim de atingir tal objetivo, a pesquisa sobre a EJA no estado em questão atua a partir de uma tríplice frente de trabalho, que conta com as seguintes atividades: levantamento bibliográfico, levantamento estatístico, e levantamento de documentos normativos e institucionais. Ao longo do tempo em que integrou o projeto de pesquisa, a autora desenvolveu as atividades referentes aos levantamentos bibliográfico, normativo e institucional. É dentro desse contexto que o trabalho exposto neste artigo ganha forma.

Durante o processo de revisão da literatura, chamou-nos a atenção a pouca produção acadêmica sobre temas relacionados à EJA de nível médio (EJA/EM). Essa lacuna demonstrou-se ainda maior com relação ao estado do Rio de Janeiro. Ademais, somou-se ao fato relatado a dificuldade de encontrar trabalhos que mencionassem e caracterizassem estrutural e institucionalmente a Seeduc e a Faetec, as duas principais instituições atuantes na rede de ensino pública do estado do Rio de Janeiro.

Diante desse cenário, desenvolvemos a metáfora da *caixa preta* relacionada à EJA na Seeduc e na Faetec. Trata-se de um tema restrito, cuja produção teórica é escassa. Todavia, quando explorado, revela informações importantes, embora se encontrem segredadas.

O artigo está organizado em dois momentos: no primeiro, apresentamos uma retomada histórica da EJA no Brasil e, no segundo, uma reflexão sobre duas políticas contemporâneas dessa modalidade de ensino desenvolvidas no estado do Rio de Janeiro. Assim, o presente artigo traduz-se numa pesquisa documental, com o objetivo de discutir sobre a política estadual de educação para a EJA de nível médio na Seeduc e na Faetec.

Para tanto, analisamos as principais políticas públicas sob as quais se materializa a oferta da EJA de nível médio nessas duas instituições, respectivamente: o programa Nova Educação de Jovens e Adultos (NEJA) e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Apontamos as propostas contidas nos programas voltados à EJA nesses espaços, e analisamos as concepções de EJA incutidas nesses projetos e seus desdobramentos políticos e educacionais.

Resultados e Discussões

Conforme mencionado, este trabalho consiste numa pesquisa documental referenciada metodologicamente no materialismo histórico dialético e conta com o respaldo teórico de Karl Marx (1980), Karel Kosik (1995) e Antonio Gramsci (1984). Quanto ao seu caráter documental, a investigação teve como principais

fontes de pesquisa dispositivos legais e documentos normativos e institucionais² relacionados à Faetec e à Seeduc.

Os resultados e as discussões oriundos desse estudo das políticas educacionais voltadas para jovens e adultos no estado do Rio de Janeiro levaram-nos a concluir que as marcas históricas, tanto da EJA (compensatória e aligeirada) quanto do ensino médio (controverso e sem identidade clara) estão fortemente presentes na oferta de EJA da Seeduc e também da Faetec. A fim de melhor elucidar esta afirmação, faz-se necessário expor, de maneira breve, a trajetória histórica da EJA e tecer algumas considerações acerca dos traços históricos do ensino médio também.

Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores: breve histórico

Nos países capitalistas, a história da educação é marcada por sua dualidade estrutural, que traça caminhos escolares diferenciados segundo a classe social. No Brasil, essa dualidade se caracterizou por uma formação intelectual, destinada às elites, e uma formação profissional, voltada aos trabalhadores, ainda que em níveis distintos de preparação da força de trabalho e dependente da correlação de forças do Estado³.

A EJA, embora heterogênea quanto aos sujeitos implicados e às formas de realização concreta, possui um fio que une caracteristicamente todas as suas materializações: o fato de que se refere ao direito à educação de uma parcela da sociedade, a classe trabalhadora.

No Brasil, a educação de jovens e adultos trabalhadores passou a ter uma projeção mais expressiva a partir da década de 1930, período no qual o país adentrou uma fase de industrialização. Nesse contexto, a educação de adultos era tida como via de acesso ao projeto urbano-industrial mencionado. Grande parte da população jovem e adulta do país ainda era analfabeta naquela época. Esse fato se configurava como um empecilho para o projeto de desenvolvimento do país.

Dentro dessa realidade, tiveram início as primeiras campanhas em massa para a alfabetização de jovens e adultos, a exemplo da Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos (CEAA) em 1947. O que essas campanhas tinham em comum era o fato de

² Além dos documentos citados nas referências deste artigo, também foram utilizadas as informações disponíveis nos sites das duas instituições abordadas. Disponíveis em: <<http://www.faetec.rj.gov.br/>> e <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc>>.

³ Na sociedade capitalista, a igualdade política só ocorre do ponto de vista formal e, conseqüentemente, não se estabelecem relações entre iguais, mas sim entre classes sociais com interesses antagônicos. Desse modo, o Estado representa os interesses e o projeto de sociedade de uma determinada classe. “Enquanto existir o Estado-classe não pode existir a sociedade regulada [...] permanece exato o conceito [...] de que não pode existir igualdade política completa e perfeita sem igualdade econômica” (GRAMSCI, 2007, p. 223-224).

conceberem a educação de adultos apenas como o ensino das letras em um curto espaço de tempo (formação aligeirada) com vistas à formação de mão de obra.

Essa lógica formativa fragmentada, compensatória e certificatória para atuação no mercado de trabalho acompanhou a trajetória histórica da EJA durante as décadas subsequentes. Cabe destacar, no entanto, que embora as características acima descritas tenham permanecido as mesmas os propósitos para os quais elas se direcionavam foram distintos. Ou seja, ao longo dos anos a formação dos jovens e adultos trabalhadores foi ajustada de maneira que melhor satisfizesse os interesses hegemônicos.

Nas décadas de 1930 e 1940, a educação de adultos tinha a função de alfabetizar a população rural iletrada que estava migrando para as cidades a fim de que melhor desempenhasse as atividades fabris. De meados da década de 1960 a 1980, período que grosso modo corresponde à ditadura civil-militar, a educação de adultos era concebida como uma “mancha” na reputação do país que precisava ser eliminada, e teve o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) como iniciativa mais expressiva.

Através de um modelo de ensino tecnicista, a educação de jovens e adultos era concebida a partir da ótica compensatória do supletivo, no sentido de “dar” ao aluno aquilo que lhe faltava. Ou seja, era uma perspectiva meramente técnica da aprendizagem, sem considerar o acúmulo de vida (que também é aprendido) dos alunos.

As reformas da década de 1990 marcaram o aprofundamento da implementação das políticas neoliberais no Brasil. Essas políticas foram conduzidas sob o discurso da globalização e reafirmaram a relação de subordinação do país ao capital-imperialismo. A “nova” identidade da EJA fragmentada, heterogênea e complexa (VENTURA, 2008) foi desenvolvida por meio de programas e projetos voltados à alfabetização, à educação básica ou aos cursos profissionalizantes de nível básico.

Essa multiplicidade de iniciativas converge para uma configuração multifacetada da formação de jovens e adultos, em decorrência da diversidade de vínculos institucionais, de instalações, recursos, equipes profissionais, durações e perfis formativos que passam a caracterizar os cursos oferecidos a públicos-alvo cada vez mais segmentados, seja em razão de sua inscrição territorial (urbana, urbano-metropolitana, agrária, área de concentração de pobreza etc.), de seu pertencimento étnico-cultural (indígenas, quilombolas), ou de sua situação de participação econômica e social (situações de risco, vulnerabilidade, exposição à violência, desemprego), entre outros aspectos. (RUMMERT; ALGEBEILA; VENTURA, 2013, p. 729)

Tal processo caracteriza um duplo movimento da EJA acentuado no final dos anos 1990: a descontinuidade e a falta de compromisso com a modalidade, bem como a pulverização da oferta e baixa complexidade da educação direcionada aos estudantes jovens e adultos trabalhadores.

A partir de 2003, constatamos uma ampliação significativa no número de iniciativas voltadas para a EJA. É relevante dizer que a modalidade recebeu mais atenção por parte do governo que ascendeu ao poder. Contudo, os impactos desse modelo neoliberal de gestão da educação se perpetuaram com a continuidade de políticas para a EJA fragmentadas e alinhadas à lógica mercantil, em geral, voltando-se mais à ampliação de indicadores de elevação de escolaridade da classe trabalhadora do que ao acesso ao conhecimento científico e tecnológico.

Essa forma de “dualidade educacional de novo tipo” produz “uma miríade de ofertas de elevação de escolaridade/formação profissional/certificação, fortalecendo as estratégias de subalternidade no contexto da atual fase de desenvolvimento do capitalismo brasileiro” (RUMMERT; ALGEBAIL; VENTURA, 2013, p. 724).

A história do ensino médio no Brasil é marcada, desde suas origens, pela divisão social do trabalho e, portanto, pela maneira dicotômica de conceber os sistemas de ensino: educação científica, propedêutica, de caráter geral para as classes dominantes, fundamentando a preparação para a continuidade nos estudos; e ensino técnico, manual, de educação profissional para as classes populares (KUENZER, 2009). Assim, nos seus traços históricos, o ensino médio é caracterizado por ser controverso e por não possuir uma identidade clara. Sobre isso, Krawczyk afirma:

[...] quando se reflete sobre o sistema educacional brasileiro, salta aos olhos que o Ensino Médio é o que provoca os maiores debates e nos quais se chocam opiniões muito divergentes. São só três ou quatro anos da educação básica, mas talvez os mais controvertidos, o que complica na hora de definir políticas para ele. Fala-se da falta de interesse por parte dos jovens, dos altos índices de evasão e fracasso escolar, da perda de identidade, quando *na verdade o Ensino Médio nunca teve uma identidade muito clara*. [...] (KRAWCZYK, 2014, p. 77, grifo nosso)

A partir da argumentação da autora, é possível constatar que a relação de controvérsia e de ausência de identidade do ensino médio é uma relação complementar e viciosa. Além de destacar as controvérsias, as análises, em geral, destacam que os problemas do ensino médio estão relacionados à sua qualidade, às questões do acesso e da permanência, à discussão sobre sua identidade e suas finalidades.

Fato é que o ensino médio, seja ofertado na modalidade EJA, seja na chamada regular, é parte constitutiva da educação básica e precisa cumprir a meta constitucional de expansão do atendimento com vistas à universalização da educação básica, conforme a Emenda Constitucional nº 59/2009 (BRASIL, 2009) no âmbito do sistema educacional brasileiro.

Neja e Proeja: analisando as políticas para a EJA de nível médio da Seeduc e da Faetec

No estado do Rio de Janeiro, a oferta para a Educação de Jovens e Adultos de nível médio é feita através do Programa Nova Educação de Jovens e Adultos (NEJA). Este programa apresenta-se como uma proposta da Seeduc voltada a atender jovens e adultos que não concluíram ou não chegaram a cursar o ensino médio, última etapa da educação básica.

O Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Educação implementou, a Nova Política de Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio Programa Nova EJA, na perspectiva de consolidar uma escola de qualidade, conectada ao século XXI, capacitada para preparar os jovens e adultos para o mercado de trabalho, estimular o desenvolvimento de suas habilidades, constituindo no espaço escolar as condições propícias para conquista de sua autonomia e inserção nos diferentes e diversos espaços da vida social: exercício da cidadania plena, o trabalho, participação comunitária, atuação no cenário político. (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 4)

Além dessa perspectiva reparadora, a Neja também se apresenta como uma solução para reduzir os problemas relativos ao quadro de distorção idade-série existente na rede estadual. Para tanto, o programa oferece aos seus alunos uma formação mais rápida, a ser concluída em menor tempo, e que os prepare para a sociedade e para o mercado de trabalho.

Apresentando matriz de referência alinhada com essa modalidade educacional, bem como estratégias de aprendizagens compatíveis com as mídias e exigências do século XXI, e assegurando na Rede Estadual de Ensino a continuidade do percurso de escolaridade obrigatória, *para permitir que jovens e adultos, que por algum motivo estavam privados do saber básico, concluam em menor tempo esta etapa de ensino, com resultados de aprendizagem e qualidade adequados para a continuidade dos estudos.* (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 4, grifo nosso)

A fim de alcançar os objetivos do programa, a organização curricular da Neja está disposta da seguinte maneira:

Módulo	Nome	Semana	Total
Módulo I	Língua portuguesa/literatura I	4	80
Módulo I	Matemática I	4	80
Módulo I	História I	4	80
Módulo I	Geografia I	4	80
Módulo I	Filosofia I	2	40
Módulo I	Sociologia I	2	40
Carga horária total do módulo I			400
Módulo II	Língua portuguesa/Literatura II	4	80
Módulo II	Matemática II	4	80
Módulo II	Física I	4	80
Módulo II	Química I	4	80
Módulo II	Biologia I	4	80
Carga horária total do módulo II			400
Módulo III	Língua portuguesa/Literatura III	4	80
Módulo III	Matemática III	4	80
Módulo III	História II	3	60
Módulo III	Geografia II	3	60
Módulo III	Filosofia II	2	40
Módulo III	Sociologia II	2	40
Módulo III	Educação física	2	40
Carga horária total no módulo III			400
Módulo IV	Língua portuguesa/Literatura IV	4	80
Módulo IV	Matemática IV	3	60
Módulo IV	Física II	3	60
Módulo IV	Química II	3	60
Módulo IV	Biologia II	3	60
Módulo IV	Língua estrangeira	2	40
Módulo IV	Artes	2	40
A disciplina optativa Ensino religioso será oferecida em todos os módulos e a disciplina Língua Estrangeira optativa será oferecida no terceiro módulo			
Carga horária total no módulo IV			400

Fonte: Rio de Janeiro, 2015.

Nesse cenário, nota-se que o currículo é desenvolvido de forma tal que, a cada semestre, o aluno curse um módulo contendo de 5 a 7 disciplinas. Ademais, conforme é possível notar na imagem acima, os módulos do programa são ministrados de maneira intercalada entre as disciplinas da área de Ciências Humanas e da área de Ciências da Natureza, excetuando-se as matérias de Língua Portuguesa/Literatura e Matemática, que estão presentes em todos os módulos. Dessa maneira, esse aspecto revela uma preferência do programa por destinar uma grande carga horária para essas duas disciplinas.

Nesse sentido, questionamos: o que há de novo na Nova EJA de fato? A concepção e a organização curricular do programa permitem-nos concluir que não há nada novo no Programa Nova EJA, pois, apesar de denominar-se “novo”, na prática, reitera a mediocridade historicamente destinada à EJA nos eixos político e educacional.

Utilizar uma nomenclatura com o adjetivo “nova” não é sinônimo de renovação de proposta pedagógica nem de concepção ideológica. Mudanças, para serem de fato novas, demandam ações concretas, e a Nova EJA não contempla essa perspectiva, ao contrário, apresenta uma nova roupagem para *velhas* concepções relacionadas à EJA.

Na Faetec, a oferta de EJA de nível médio ocorre, preponderantemente, de maneira atrelada à Educação Profissional. O regimento interno da instituição, em seu artigo 43, propõe que a EJA seja ofertada preferencialmente articulada à

Educação Profissional: “Art. 43 – A EJA será oferecida nas unidades da Rede Faetec, preferencialmente articulada com a Educação Profissional, conforme legislação vigente” (Rio de Janeiro, 2013, p. 12).

Nesse contexto de oferta de EJA, destaca-se o programa federal intitulado Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), que se propõe a oferecer aos alunos da Educação de Jovens e Adultos dos níveis fundamental e médio a educação básica (formação geral) de forma integrada à educação profissional.

Dessa maneira, a intenção do programa é ofertar ao educando jovem e adulto trabalhador uma formação que contemple tanto a esfera intelectual quanto a esfera manual, numa tentativa de superar a dicotomia existente entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

No que tange à organização curricular do programa em questão na Faetec, o currículo é organizado em ciclos. Ao todo, são seis ciclos que totalizam três anos de duração de curso, sendo um ano para cada período do ensino médio. A cada ano, são cursados dois ciclos de educação básica integrada à educação profissional. A Faetec oferece cursos de formação profissional tais como Eletrônica, Eletrotécnica, Mecânica e Eletromecânica, Edificações, e Telecomunicações, para citar alguns exemplos.

O ponto de contradição para o qual chamamos atenção com relação ao Proeja como oferta da EJA de nível médio na Faetec diz respeito à concepção de trabalho atribuída pelo programa em seus documentos oficiais e à concepção de trabalho de fato exercida pelas instituições executoras do Proeja, que, nesse caso, são representadas pela Faetec.

Apesar de o documento base desse programa pautar-se no conceito de trabalho como eixo educativo, na prática, o que se vê nos cursos das instituições que ofertam o Proeja é uma formação essencialmente voltada para o mercado de trabalho, concepção essa que está alinhada aos interesses do capital. Em linhas gerais, a concepção de trabalho adotada na prática é a do trabalho técnico-manual, desprovido de seu viés educativo, ontológico.

Em suma, é possível concluir que a Neja da Seeduc é um programa de ensino médio direcionado a jovens e adultos que propõe uma formação aligeirada, com vistas à certificação pautada em um currículo mínimo e fragmentado. O Proeja, por sua vez, programa desenvolvido pela Faetec em parceria com o governo federal, tem seu foco na formação para o mercado de trabalho, com cursos rápidos que formam para o trabalho simples.

Faetec e Seeduc são, como destacamos, duas instituições que atuam, de maneira distinta e distante, ministrando o ensino no estado do Rio de Janeiro. Apesar da oferta de educação pública e gratuita ser um ponto em comum, essas duas entidades não possuem nenhuma relação entre si, afinal, apesar de comporem a mesma rede estadual, elas não pertencem às mesmas secretarias de governo.

Para a compreensão dessa situação é necessário resgatar a história da Faetec. A Fundação de Apoio à Escola Pública do Rio de Janeiro (FAEP)⁴, criada em 1987, com o objetivo de apoiar e complementar as funções da Secretaria Estadual de Educação, foi redimensionada, em 1997, quando passou a denominar-se Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro (FAETEC)⁵, e teria como objetivo principal o gerenciamento da Rede de Ensino Técnico do Estado do Rio de Janeiro. A alteração de Faep para Faetec não foi apenas uma mudança de nomenclatura, mas

representou uma mudança de visão, de metas e de políticas na educação. A FAEP fora criada para dar suporte a todas as escolas da Rede Pública Estadual, independentemente de sua identidade formativa. Já a FAETEC representou uma ruptura político-ideológica por parte do governo Marcello Alencar e seus assessores, por beneficiar a estrutura das escolas técnicas, visando à otimização do ensino técnico no estado e privilegiando esse setor da educação em detrimento das demais escolas vinculadas à SEE [Secretaria Estadual de Educação]. Com essa decisão, não somente foi criada uma nova Fundação, como também o governo passou a valorizar mais algumas escolas, que, por ficarem vinculadas à FAETEC, passaram não somente a ter tratamento privilegiado e boa soma de recursos, como a inflacionar a procura por essas escolas pela população, causando a percepção de que o que era bom estava na FAETEC e o que era ruim estava na SEE. (SILVA, 2008, p. 25-26)

Nesse sentido, de acordo com Ribeiro (2016), a criação da Faep visou desenvolver “ilhas de excelência”⁶ na rede pública, a fim de que as escolas que integrassem essas ilhas recebessem um tratamento privilegiado. No entanto, não há como abordar essa temática sem questionar: como é possível conceber uma separação do público dentro público? Qual o intuito de se distinguir o “público de excelência” do “público comum”? Quais parâmetros balizam essa distinção? Seria a Faetec o “público de excelência” e a Seeduc o “público comum”?

Ainda que contraditoriamente, as respostas para essas perguntas são positivas. Sim, a criação da Faetec tinha como objetivo separar o público dentro do público. E sim, ela é o “público de excelência” e a Seeduc é o “público comum”. Essas afirmações encontram

⁴ Ver lei nº 1176/87. Disponível em: <<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/151552/lei-1176-87>>. Acesso em: 15 maio 2018.

⁵ Ver lei nº 2735/97. Disponível em: <http://www.faetec.rj.gov.br/divrh/images/stories/lei_2735_97.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

⁶ A expressão “ilha de excelência” no ensino da rede pública refere-se, aqui, à Faetec.

respaldo justamente na gênese da Faetec, que surge, originalmente, para contrapor de maneira mais “sublime” a educação pública dentro do estado.

Assim sendo, o estado do Rio de Janeiro tem duas gestões a administrar o seu sistema educacional: uma na Faetec e outra na Seeduc. A relação de total afastamento dessas gestões é evidente na prática e criou um “mercado educacional” com uma verdadeira competição entre as secretarias.

A despeito da crise sociopolítica e econômica que assola o Rio de Janeiro atualmente, é fato que, embora a Faetec e a Seeduc integrem e ministrem a educação pública no estado, aquela opera suas relações institucionais de maneira diferente desta. Um exemplo concreto que corrobora essa afirmação é a Universidade Corporativa da FAETEC (UNIFAETC). Trata-se de uma universidade, de um setor dentro da Faetec, responsável pelo desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores da instituição.

É importante atentar para o fato de que os servidores da Seeduc não são contemplados pela UNIFAETEC. A indagação que fazemos é: por quê? Por que a Faetec possui uma universidade corporativa para benefício próprio? Esse fato demonstra não apenas a diferença organizativa e operacional entre as instituições em estudo, mas também expõe a ausência de unidade institucional no ensino público do Rio de Janeiro e elucida a dualidade presente na relação entre essas duas entidades.

Conclusões

Este trabalho teve por objetivo investigar a política de Educação de Jovens e Adultos de nível médio no estado do Rio de Janeiro, desenvolvida pelas duas principais instituições atuantes na esfera estadual: a Seeduc e a Faetec. Para alcançar esse objetivo, debruçamo-nos sobre a Neja, no âmbito da Seeduc, e sobre o PROEJA, no âmbito da Faetec.

Dessa maneira, é possível perceber que o conjunto de medidas apresentadas pela Neja atribui à modalidade EJA, de forma explícita, o papel de preparar jovens e adultos para o mercado de trabalho, frente às mudanças existentes no modo de produção capitalista.

A oferta de EJA de nível médio da Faetec também se assemelha à ótica certificatória e (con)formadora de mão de obra a serviço dos interesses dominantes. Na oferta da modalidade atrelada à formação profissional, percebe-se uma preferência pela formação do educando para o mercado de trabalho. Ou seja, também não há uma preocupação com o aluno enquanto

sujeito atuante e potencial transformador da sociedade em que vive.

Por fim, a partir de tudo o que foi exposto, concluímos que a Educação de Jovens e Adultos ainda é uma modalidade da Educação preterida pelas instituições governamentais. Ao longo de sua trajetória histórica, é possível perceber que a Educação de Adultos sempre foi relegada a segundo plano no contexto educacional brasileiro, sendo vista ora como empecilho ao crescimento da nação que precisava ser resolvido, ora como instrução voltada à preparação de força de trabalho.

O ensino médio, ainda hoje, é um tema que desperta muitas discussões e controvérsias, por se tratar de uma etapa da educação básica que ainda não possui uma identidade clara e carece de um projeto/proposta de educação próprio. No âmbito estadual, o fechamento de turmas e até de escolas que oferecem EJA de nível médio no Rio de Janeiro tem ocorrido de maneira fugaz. Nesse mesmo sentido, vê-se, tanto em escala federal quanto em escala estadual, a queda no número de matrículas da EJA/EM (VENTURA, 2017).

A realidade dicotômica tão desigual, na qual a Educação de Jovens e Adultos e a Educação brasileira de uma maneira geral estão inseridas, atingiu um patamar limítrofe que convoca os intelectuais da Educação a reagirem, preferencialmente, a reagirem celeremente. Muitos têm sido os ataques sofridos pela Educação nos últimos tempos: congelamento dos gastos, reforma do ensino médio, corte nos orçamentos das universidades e corte de bolsas de incentivo à pesquisa são apenas alguns dos exemplos.

Os tempos atuais estão sombrios, e tempos sombrios demandam reflexão e ação. Esperamos que este estudo possa contribuir para as reflexões, os debates e os movimentos de resistência e de ação em prol da EJA, da classe trabalhadora e, principalmente, da Educação, que precisa ser vista como direito, não como privilégio

Referências

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009*. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm>. Acesso em: 15 maio 2018.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

KRAWCZYK, Nora. Uma roda de conversa sobre os desafios do ensino médio. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Orgs.). *Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

KUENZER, Acacia Zeneida. *Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Educação. *Manual de orientações Nova EJA, 2015*. SEEDUC, 2015. Disponível em: <<http://projetoeduc.cecierj.edu.br/eja/manual-eja.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.

_____. Fundação de Apoio à Escola Técnica. *Regimento Norteador das Unidades Escolares da Educação Básica/Técnica da Rede Faetec*. FAETEC, 2013.

_____. *Lei nº 1176, de 21 de julho de 1987*. Rio de Janeiro: FAETEC, 1987. Disponível em: <<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/151552/lei-1176-87>>. Acesso em: 15 maio 2018.

_____. *Lei nº 2735, de 10 de junho de 1997*. Rio de Janeiro: FAETEC, 1997. Disponível em: <http://www.faetec.rj.gov.br/divrh/images/stories/lei_2735_97.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

RUMMERT, Sonia Maria; ALGEBAILLE, Eveline; VENTURA, Jaqueline Pereira. Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18 n. 54, p. 717-738, jul.-set. 2013.

RIBEIRO, Sonia Moreira Sarmento. *Enveredando pelo campo ético, político e educacional para pensar as aulas de Psicologia nos cursos técnicos da FAETEC*. 2016. 154 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

SILVA, David Vieira da. Os critérios de excelência aplicados na educação. 2008. 37f. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2008.

TEODORO, Taynara Bastos. *A Educação de Jovens e Adultos no estado do Rio de Janeiro: desvendando a caixa preta sobre a EJA de nível médio na Faetec e na Seeduc*. 2017. 75 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

VENTURA, Jaqueline Pereira. *A Educação de Jovens e Adultos de nível médio no estado do Rio de Janeiro: ofertas e características*. Relatório de Pesquisa. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017 (mimeo).

_____. *Educação de jovens e adultos ou educação da classe trabalhadora? Concepções em disputa na contemporaneidade brasileira*. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.